

Nobre da Veiga: Índio estará emancipado em cinco gerações

BRASÍLIA (O GLOBO) — A integração social do índio à sociedade brasileira e o fim da tutela pelo Estado devem acontecer dentro de cinco gerações — 125 anos — conforme as previsões do presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), coronel João Carlos Nobre da Veiga.

Ao observar que esta seria a consequência natural levando-se em conta o processo de integração desenvolvida atualmente pelo órgão que dirige, Nobre da Veiga afirmou que “se fosse índio, a primeira coisa que faria seria pedir a liberação da tutela”.

A equivalência entre brancos e índios foi defendida pelo coronel Nobre da Veiga, que identificou na fronteira econômica em expansão o principal fator de ocupação dos espaços vazios “onde não se encontra ninguém, só índio”.

— A fronteira econômica é incontida — disse. Por isso, os índios devem estar preparados para lutar no futuro em condições de igualdade com os fazendeiros.

Ele justificou os projetos econômicos desenvolvidos atualmente junto às comunidades indígenas, discordando do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

— Os projetos estão sendo implantados há três anos. Nenhum grupo chegou ainda à auto-suficiência, mas esta é a finalidade. Os projetos agrícolas e pecuários nascem das comunidades — disse. Não são impostos pela Funai.

EMANCIPAÇÃO

Nobre da Veiga afirmou que não existe por parte do Governo qualquer definição quanto às alterações a serem introduzidas no Estatuto do Índio, com vistas a sua emancipação. Disse que a Funai tem realizado levantamentos para identificar as condições de liberação indígena.

— O índio só se desligará da tutela do Estado quando se integrar à sociedade. A Funai não pode impor esta integração, porque ela depende exclusivamente do índio. Ele é quem deve solicitá-la ao juiz — declarou.

Para que a emancipação aconteça, segundo Nobre da Veiga, o índio deve cumprir as exigências do artigo 9º do Estatuto do Índio, onde são especificados os requisitos para a liberação da tutela: o índio deve ter mais de 21 anos, conhecimento da língua portuguesa e capacidade de sobrevivência.

No entender do presidente da Funai, o índio não pede a liberação de sua tutela “porque colocaram na cabeça dele que assim perderá sua terra e a assistência da Funai”. Nobre da Veiga assinalou que “a terra é da União, para usufruto do índio”.

— A única diferença entre um índio integrado e outro, sob tutela, é que o primeiro seria totalmente responsável pelo que realizasse na vida civil — explicou.

Ao manifestar-se favorável à emancipação indígena, Nobre da Veiga observou que ela seria benéfica para a Funai “na



Coronel Nobre da Veiga, presidente da Funai

medida em que o órgão passaria a ter menos responsabilidades sobre o que o índio realizasse na vida civil”.

— Queremos acabar com a assistência paternalista — acentuou.

A dualidade de identificação do índio foi apontada pelo presidente da Funai como um dos problemas no trato com os silvícolas. Ele mencionou os casos de índios vereadores no Sul do País. Do índio terena Marcos Mariano, que é piloto, e do trucá José Nabor, assassinado em Brasília há um mês.

— Quando lhes interessa, eles não se declaram índios — disse o coronel.

Se houver alteração no Estatuto do Índio, conforme Nobre da Veiga, podera ser incluída a emancipação “ex-officio”. Atualmente, o índio só se libera da tutela se a maioria simples da comunidade o desejar.

— A liberação — explicou — é feita em conjunto. Com a modificação, iremos estabelecer quais os patamares necessários para que a emancipação aconteça de maneira automática, idêntica ao que acontece com o civilizado.

Embora não tenha um levantamento do número de índios que preenchem hoje os requisitos do Estatuto, o coronel Nobre da Veiga disse que a maioria dos silvícolas instalados no Rio Negro cumpre essas exigências.

PARTICIPAÇÃO

A participação indígena no mercado de trabalho foi também defendida por Nobre da Veiga que anunciou a formalização de convênio entre a Fundação do Índio e a coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (Coagri) para o treinamento do índio em funções de tratorista, motorista e técnico agrícola.

— Se o índio é técnico e não quer vir para a cidade, que então trabalhe em sua terra e transforme-se em fazendeiro auto-suficiente — observou.

Para Nobre da Veiga “no dia em que todos os índios tiverem condições de se auto-sustentar, a Funai deixará de existir”.